

Arruda Negócios e Participações S/A.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e Relatório dos Auditores Independentes

Índice

Relatório dos Auditores Independentes3

Demonstrações financeiras individuais

Balço patrimonial.....	7
Demonstração do resultado do exercício.....	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	9
Demonstrações do fluxo de caixa.....	10
Notas explicativas às Demonstrações financeiras.....	11



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores da
ARRUDA NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES S/A.

Opinião com Ressalvas

Examinamos as Demonstrações financeiras individuais da Arruda Negócios e Participações S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa Opinião, exceto pelos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Bases para Opinião com ressalvas, as Demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual da Arruda Negócios e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Bases para Opinião com ressalvas

- 1) Conforme descrito na Nota explicativa nº 7, a Companhia possui investimento relevante na Marluvas Equipamentos de Segurança Ltda., onde também exerce influência significativa e controle. A Administração optou por não preparar as Demonstrações financeiras consolidadas conforme requerido pela *NBC TG 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas*. Consequentemente, não estão sendo apresentados os efeitos patrimoniais e financeiros consolidados do grupo econômico ao qual a Sociedade faz parte.

- 2) A Companhia possui investimento na Marluvas Equipamentos de Segurança Ltda., cujas Demonstrações contábeis desta investida do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 apresentou ativos totais de R\$ 285 milhões, dos quais R\$ 128 milhões referem-se a Estoques, Patrimônio líquido de R\$ 82 milhões e Lucro líquido do exercício de R\$ 37 milhões. As Demonstrações contábeis dessa investida foram auditadas por nós, cujo relatório de Opinião conteve ressalvas quanto a: i) limitação por não acompanhamento de inventário físico dos estoques, uma vez que a contagem deste ativo não foi procedida pela Sociedade e para os quais não tivemos conhecimento da necessidade de ajuste no saldo contábil e ii) receita contabilizada a menor por R\$ 1,7 milhões, originária de indenização recebida, cujo valor foi contabilizado no passivo. Consequentemente as Demonstrações financeiras da Companhia, em especial os saldos de dividendos a receber de R\$ 14 milhões, do Investimento de R\$ 76 milhões, do Patrimônio líquido de R\$ 58 milhões e o Lucro líquido do exercício de R\$ 34 milhões podem estar afetados pela citada limitação, bem como foram impactados pelo não reconhecimento da receita com aquela indenização supracitada.

Ênfase

O balanço patrimonial individual do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 demonstra que a Companhia possui dividendos a receber de R\$ 14,1 milhões (Nota explicativa nº 6) e obrigações com acionistas que totalizam R\$ 32 milhões (Nota explicativa nº 9). A liquidação deste passivo depende da geração de resultados positivos futuros da Marluvas Equipamentos de Segurança Ltda. ou de desinvestimento nesta controlada. Nossa Opinião não é modificada por este assunto.

Outro assunto

As Demonstrações financeiras individuais da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins de comparabilidade, foram examinadas por nós e sobre as quais emitimos relatório em 15 de dezembro de 2021 contendo ressalva sobre o assunto 1, descrito na seção "Bases para Opinião com ressalvas". O relatório conteve ainda o mesmo parágrafo de Ênfase supra.

Responsabilidades da Administração pelas Demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das Demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de Demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das Demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia

continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das Demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos Auditores pela auditoria das Demonstrações financeiras

Nossos objetivos são os de obter segurança razoável de que as Demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa Opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas Demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas Demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa Opinião com ressalva. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos Opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração da Companhia.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe

incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas Demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa Opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data deste Relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos, se houverem.

Belo Horizonte, 30 de setembro de 2022.



TEIXEIRA & ASSOCIADOS
Auditores Independentes
CRC MG 5.194 CNAI PJ MG20



Adriano Rezende Thomé
Sócio e Diretor
Contador CRC-MG 77.874-O/6

Arruda Participações e Negócios S.A.
Balanco Patrimonial
Em milhares de reais

ATIVO	Nota	31/12/2021	31/12/2020	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		33	79	Mútuos com controladas	8	-	25
Dividendos a receber	6	6.500	13.863	Obrigações sociais		60	22
Outros ativos circulantes		6	6	Obrigações tributárias		10	1
		6.539	13.948	Obrigações com acionistas	9	6.000	7.737
Não Circulante						6.070	7.785
Dividendos a receber	6	7.647	-	Não Circulante			
Investimentos	7	76.272	48.406	Obrigações com acionistas	9	26.026	30.420
		83.919	48.406			26.026	30.420
				Patrimônio líquido			
				Capital social	10	22.120	22.120
				Reserva de lucros	10	36.242	2.029
						58.362	24.149
TOTAL DO ATIVO		90.458	62.354	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		90.458	62.354

As Notas explicativas são parte integrante das Demonstrações financeiras

Arruda Participações e Negócios S.A.
Demonstração do Resultado
Exercícios findo em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
Em milhares de reais

	<u>Nota</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
OPERAÇÕES CONTINUADAS			
Receita Operacional Líquida	7	34.747	6.214
Custo dos Produtos Vendidos		-	-
LUCRO BRUTO		34.747	6.214
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS			
Despesas Gerais e Administrativas	11	(530)	(261)
		(530)	(261)
LUCRO OPERACIONAL		34.217	5.953
RESULTADO FINANCEIRO			
Despesas financeiras		(4)	(12)
		(4)	(12)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		34.213	5.941
Imposto de Renda e Contribuição Social		-	-
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		34.213	5.941

As Notas explicativas são parte integrante das Demonstrações financeiras

Arruda Participações e Negócios S.A.
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Em milhares de reais

	Nota	Capital Social	Reserva de lucros			Total das Reservas de lucros	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Patrimônio Líquido Total
			Reserva legal	Reserva especial	Retenção de lucros			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		22.120	1.732	-	32.913	34.645	-	56.765
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	5.941	5.941
Distribuição de lucros		-	-	-	(32.913)	(32.913)	(5.644)	(38.557)
Constituição de reserva legal	10	-	297	-	-	297	(297)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		22.120	2.029	-	-	2.029	-	24.149
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	34.213	34.213
Constituição de reserva legal	10	-	1.711	-	-	1.711	(1.711)	-
Constituição de reserva especial	10	-	-	32.502	-	32.502	(32.502)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		22.120	3.740	32.502	-	36.242	-	58.362

As Notas explicativas são parte integrante das Demonstrações financeiras

Arruda Participações e Negócios S.A.
Demonstração do fluxo de caixa
Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
Em milhares de reais

	Notas	2021	2020
1) ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício proveniente das operações continuadas		34.213	5.941
Despesas (Receitas) que não afetam caixa e equivalentes de caixa			
- Juros de financiamentos e arrendamentos		-	12
- Resultado de equivalência patrimonial	7	(34.747)	(6.214)
Geração Operacional		(534)	(261)
Redução (Aumento) no Ativo			
Outros ativos circulante		-	(6)
Aumento (Redução) no Passivo			
Obrigações sociais		38	22
Obrigações tributárias		9	1
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		(487)	(244)
2) ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Dividendos recebidos		6.597	700
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		6.597	700
3) ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Dividendos pagos a acionistas		(6.131)	(400)
Captações de empréstimos e financiamentos		-	250
Pagamento de mútuo		(25)	(237)
		(6.156)	(387)
(REDUÇÃO) / AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(46)	69
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
- Saldo de Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		79	10
- Saldo de Caixa e equivalentes de caixa no final do Exercício		33	79
(REDUÇÃO) / AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(46)	69

As Notas explicativas são parte integrante das Demonstrações financeiras

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A ARRUDA NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES S/A (Sociedade) é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada à Rodovia Dores de Campos/Barroso, s/n, Km2, sala 1, bairro/distrito Dores de Campos, na cidade de Dores de Campos/MG, CEP nº 36.213-000, inscrita no CNPJ sob o nº 34.719.250/0001-06 e na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o NIRE nº 3121144525-3, tem por objeto social a administração e participação no capital de outras sociedades na condição de acionista ou quotista, em caráter permanente ou temporário, como controladora ou minoritária. A sociedade iniciou suas atividades em 30/08/2019.

As principais atividades desenvolvidas por meio da sociedade controlada são:

a) Controlada

MARLUVAS EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA (Marluvas): É uma sociedade empresária limitada, sediada à Rodovia Dores de Campos/Barroso, s/n, Km 2, bairro/distrito Dores de Campos, na cidade de Dores de Campos/MG, CEP nº 36.213-000, inscrita no CNPJ sob o nº 19.653.054/0001-84 e na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o NIRE nº 3120051252-3, tem por objeto social: i) Fabricação de calçados, incluindo a respectiva montagem e acabamento e o "corte e costura de cabedais"; de equipamentos de proteção individual (EPI) e acessórios para calçados; (ii) Comércio por atacado e varejo de calçados, laminados, vaquetas, solas, tachas, raspas, equipamentos de proteção individual (EPI) e acessórios para calçados; (iii) Importação de matérias-primas para confecção de calçados tais como couro, microfibras, poliuretano, resina, isocianato, pré-polímero, cola, bico, palmilha e outros acessórios para calçados; (iv) Importação de calçados e equipamentos de proteção individual (EPI); (v) Exportação de calçados e acessórios e equipamentos de proteção individual (EPI), seja por conta própria ou de terceiros; (vi) Depósito Fechado e (vii) Centro de distribuição de calçados e equipamentos de proteção individual (EPI).

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FIANCEIRAS

Base de elaboração e Declaração de conformidade

As Demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), exceto quanto à NBC TG 36 (R3) Demonstrações Consolidadas, que rege a respeito da necessidade da apresentação das demonstrações financeiras consolidadas quando a Sociedade é controladora ou exerce influência significativa em um investida.

Por motivos específicos da administração da Sociedade, não foi de interesse desta a apresentação consolidada de sua controlada.

A Sociedade não possui outros resultados abrangentes e, portanto, não apresentou a Demonstração de resultados abrangentes, conforme seria requerido pelo CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Financeiras. Dessa forma, o resultado do exercício é igual ao resultado abrangente total.

Aprovação das Demonstrações Financeiras

A emissão destas Demonstrações financeiras da Sociedade foi aprovada pela Administração em 28 de setembro de 2022.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As Demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto, quando aplicável, o contrário estiver disposto em nota explicativa.

a) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

As Demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Sociedade e estão demonstradas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

b) Apuração das receitas e despesas

As receitas e despesas são registradas pelo regime contábil de competência de exercícios, ou seja, a receita é reconhecida quando da prestação dos serviços correlatos, produtos vendidos e as despesas e custos são reconhecidos quando incorridos, independentemente se recebidos ou pagos. As receitas e os custos incluem os rendimentos, os encargos e as variações monetárias, que foram calculados com base em índices ou taxas oficiais e que incidem sobre ativos e passivos circulantes e não circulantes.

c) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os saldos dos direitos e das obrigações estão mensurados nas datas dos balanços por valores próximos aos respectivos valores presentes.

d) Imposto de renda e contribuição social corrente

Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de impostos e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço no país em que a Sociedade opera e gera receita tributável.

A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

e) Continuidade operacional

A Sociedade preparou as suas Demonstrações financeiras no pressuposto da continuidade operacional, não existindo qualquer indicativo de descontinuidade de suas operações, em especial na Marluvas Equipamentos de Segurança Limitada, de onde se originam os principais ativos e receita da Companhia.

f) Investimentos

Os investimentos da Sociedade em sua Controlada, a Marluvas Equipamentos de Segurança Ltda., são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento é reconhecido inicialmente ao custo e posteriormente ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação do Sociedade no patrimônio líquido da investida a partir da data de aquisição. A demonstração do resultado reflete a participação do Sociedade nos resultados operacionais da controlada.

As demonstrações financeiras da controlada são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação que o da Companhia. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Administração da Sociedade determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o seu investimento, avaliando, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Administração calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece a perda na demonstração do resultado.

4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

A preparação de Demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Sociedade no processo de aplicação de suas políticas contábeis em relação aos valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes.

Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas Demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com a probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

(i) Redução do valor recuperável de ativos

Ativo financeiro: São avaliados quanto à sua recuperabilidade ao final de cada exercício. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro, ou nos valores atuais, e que eventualmente tenham resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento. Os ativos financeiros para os quais são feitas estas análises incluem principalmente os dividendos a receber.

Ativo não financeiro: Os saldos de investimentos são revistos periodicamente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar a perda nestes ativos.

(ii) Valor justo dos instrumentos financeiros

O valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial são apurados primeiramente através dos seus valores nos mercados ativos. Quando isto não for possível, o seu valor justo é determinado utilizando técnicas de avaliação, quando aplicável.

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

A NBC TG 48 – Instrumentos Financeiros determina que os ativos financeiros sejam classificados em uma das seguintes categorias: ao custo amortizado, ou ao valor justo por meio do resultado abrangente, ou ainda ao valor justo por meio do resultado. A Sociedade, por sua vez, possui ativos financeiros classificados somente nas seguintes categorias: (a) ao custo amortizado e (b) mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende do modelo de negócios adotado pela Sociedade na gestão dos seus ativos financeiros. Os ativos financeiros, independente da sua classificação, são reconhecidos na data de negociação, ou seja, na data na qual a Sociedade se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando o recebível for realizado ou tenham sido transferidos a terceiros, desde que a Sociedade tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

Os ativos e passivos financeiros da Sociedade são apresentados por categoria como segue:

ATIVOS FINANCEIROS	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Mensurados ao valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	33	79
Mensurados ao custo amortizado		
Dividendos a receber	14.147	13.863
	<u>14.180</u>	<u>13.942</u>
PASSIVOS FINANCEIROS		
Mensurados ao custo amortizado		
Mútuos com controladas	-	25
Obrigações sociais	60	22
Obrigações tributárias	10	1
Obrigações com acionistas	32.026	38.157
	<u>32.026</u>	<u>38.205</u>

Ativos financeiros

a) Custo amortizado

São ativos financeiros mantidos pela Sociedade (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Suas variações são reconhecidas no resultado do período, na rubrica "Receitas Financeiras" ou "Despesas Financeiras", dependendo do resultado obtido.

b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são classificados nessa categoria por não serem mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Suas variações são reconhecidas no resultado do período, na rubrica "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do resultado obtido.

c) Deterioração de ativos financeiros

A Sociedade avalia, na data do encerramento do exercício, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros é considerado deteriorado quando existirem evidências objetivas da redução de seu valor recuperável, sendo estas evidências o resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo, e quando houver impacto nos fluxos de caixa futuros estimados.

No caso de investimentos patrimoniais, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é considerado evidência objetiva de redução ao valor recuperável.

Passivos financeiros

A NBC TG 48 – Instrumentos financeiros não trouxe mudanças significativas em relação aos critérios até então adotados (CPC 39/IAS 39). A única exceção introduzida pela nova norma para os passivos financeiros diz respeito aos passivos designados ao valor justo. Uma vez que a Sociedade não possui nenhum passivo financeiro designado ao valor justo, essa alteração não trouxe qualquer impacto.

A Sociedade reconhece títulos de dívida e outros passivos financeiros inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Sociedade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Sociedade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transações atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método de juros efetivos, se aplicável.

6. DIVIDENDOS A RECEBER

Os dividendos a receber de R\$ 14.147 mil em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 13.863 mil em 31 de dezembro de 2020) está relacionado à parcela de Lucro a ser recebida por sua participação no capital da Marluvas Equipamentos de Segurança Ltda, que não apresenta nenhum histórico de inadimplência ou perda. Do saldo registrado em 2021, a expectativa da administração é de recebimento de R\$6.500 mil a curto prazo e o restante a longo prazo, ou seja R\$ 7.647 mil em 31/12/2022.

	<u>R\$ mil</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-
Dividendos a receber	13.863
Recebimento de dividendos	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	13.863
Dividendos a receber	6.881
Recebimento de dividendos	(6.597)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	14.147

7. INVESTIMENTOS

Refere-se ao investimento na Marluvas Equipamentos de Segurança Limitada, sobre o qual a Sociedade exerce influência significativa e controle. A movimentação do Investimento é assim demonstrada:

	<u>R\$ mil</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	56.755
Recebimento de dividendos	(700)
Dividendos a serem distribuídos	(13.863)
Resultado de equivalência patrimonial	6.214
Saldo em 31 de dezembro de 2020	48.406
Dividendos a serem distribuídos	(6.881)
Resultado de equivalência patrimonial	34.747
Saldo em 31 de dezembro de 2021	76.272

8. Mútuos com controladas

Em 24 de março de 2020, a Sociedade captou junto à sua Controlada, um empréstimo no montante de R\$250 mil para fins de suportar o capital de giro, com pagamento em 10 parcelas, sendo a última vencendo em janeiro de 2021, com juros de 0,5% ao mês. A seguir demonstramos a movimentação:

	<u>R\$ mil</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2019	-
Captação de mútuo	250
Pagamento de principal	(227)
Pagamento de juros	(10)
Apropriação de juros	12
Saldo em 31 de dezembro de 2020	25
Captação de mútuo	-
Pagamento de principal	(25)
Pagamento de juros	-
Apropriação de juros	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-

9. Obrigações com acionistas

Os acionistas da Companhia aprovaram através da Ata de Assembleia Geral Extraordinária de 29 de agosto de 2022, a distribuição de dividendos em 2022, de R\$6.000 mil, originários das reservas de lucros apurados até o exercício de 2020. O saldo remanescente dos dividendos a pagar será distribuído em 24 meses após 31 de dezembro de 2022. A composição é a seguinte:

	<u>R\$ mil</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-
Obrigações com acionistas (dividendos)	38.557
Pagamento incorrido	(400)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	38.157
Pagamento incorrido	(6.131)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	32.026

<u>Obrigações com acionistas</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Curto prazo	6.000	7.737
Longo prazo	26.026	30.420
	32.026	38.157

Em Assembleia ocorrida em 2022, os acionistas deliberaram por unanimidade não efetuar a distribuição dos dividendos mínimo obrigatórios e mantê-los em Reserva Especial até que futuramente ocorra a decisão de destinação definitiva.

10. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social da Sociedade está composto 22.119.545 ações ordinárias nominativas de R\$1,00 (um real) cada. O capital está dividido da seguinte forma:

Sócios	Quotas	Capital Social	Participação
Sócio Majoritário 1	22.119.345	22.119	99,9991%
Sócio Majoritário 2	100	0,5	0,0005%
Sócio Majoritário 3	100	0,5	0,0005%
	22.119.545	22.120	100%

b) Reserva Legal

Constituída a base de 5% do lucro apurado no exercício, limitada a 20% (vinte por cento) do capital social integralizado.

c) Reserva especial

Conforme definido no Memorando de Constituição da Reserva Especial, o lucro apurado do exercício de 2021 foi destinado para constituição da reserva especial conforme regido pelo artigo 202, §4º e §5º da lei 6.404/1976 no valor de R\$ 32.502 mil, após a constituição da Reserva Legal.

11. Despesas gerais e administrativas

	31/12/2021	31/12/2020
Despesas com pessoal		
Remuneração dos dirigentes	392	189
Previdência social	78	38
	470	227
Despesas diversas	60	34
	530	261

12. Partes relacionadas

	31/12/2021	31/12/2020
Valores a receber de empresa investida	14.147	13.863
Valores a pagar para acionistas	32.026	38.157
Receita em participação societária	34.747	6.214
Pagamentos efetuados para acionistas	6.131	400
Recebimentos de empresa investida	6.597	-

13. Gestão de riscos

a) Risco de liquidez

É o risco de escassez de recursos para liquidar suas obrigações. O gerenciamento deste risco é efetuado com o objetivo de garantir que a Sociedade possua os recursos necessários para liquidar seus passivos nas datas de vencimento. A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração, que realiza o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

b) Risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Sociedade a incorrer em perdas financeiras. Como o principal crédito decorrer de recebíveis em empresa investida e sobre a qual possui influência significativa, a gestão deste risco é controlado pelo Administração e conjunto com os acionistas.

c) Risco de mercado

É o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de determinado instrumento financeiro oscilem devido às variações nas taxas de juros e índices de correção. O gerenciamento do risco de mercado é efetuado com o objetivo de garantir que a Sociedade esteja exposta somente a níveis considerados aceitáveis de risco no contexto de suas operações. A Companhia não está exposta a este risco.

d) Risco de juros

A sociedade não possui instrumentos financeiros passivos com agentes externos, sendo o passivo de maior relevância senso as obrigações com dividendos a pagar. Portanto, não há exposição deste risco.

e) Risco regulatório

A Companhia não está exposta a risco regulatório.

Antônio Marcelo Arruda
Diretor Presidente

Fernanda Letícia Aliani Cardoso
Contadora: CRC-MG 119378
